



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 156/XIII/ 4.ª SL

Aos 06 dias do mês de março de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
  2. *Apreciação e votação das atas n.ºs 154 e 155, respetivamente de 20 e 27 de fevereiro;*
  3. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 519/XIII/3.ª - «Por um serviço de drug-checking em Portugal» - Relatora: Deputada Elza Pais;*
  4. *Discussão e votação do requerimento do PSD, que solicita a audição da Ministra da Saúde, «para dar explicações sobre a situação caótica do Hospital de Leiria»;*
  5. *Discussão e votação do requerimento oral do PS, que solicita a audição do Conselho de Administração do Hospital de Leiria;*
  6. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 1839/XIII/4.ª, do BE, que «Recomenda ao Governo que tome medidas no sentido de remover obstáculos existentes no acesso à interrupção voluntária da gravidez»;*
  7. *Distribuição, para efeitos de elaboração de Parecer, do P JL n.º 1129/XIII/4.ª, do BE, que «Autoriza o Laboratório Militar a produzir medicamentos em falta nas farmácias por razões imputáveis à indústria (décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto)»;*
  8. *Discussão e votação do Parecer sobre o P JL n.º 1082/XIII/4.ª PCP, que «Elimina as Unidades de Saúde Familiar de modelo C - 2ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de agosto, que estabelece o regime jurídico da organização e do funcionamento das unidades de saúde familiar (USF) e o regime de incentivos a atribuir a todos os elementos que as constituem, bem como a remuneração a atribuir aos elementos que integrem as USF de modelo B» - Autor: Deputado Moisés Ferreira;*
  9. *Outros assuntos.*
- 10:30 Audição da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP), a requerimento do CDS-PP (oral) e do PSD, sobre a situação atual da ADSE.*



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 156/XIII/ 4.ª SL

*11:30 Audiência de uma Delegação da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologia e Comunicação Social, da Assembleia da República de Moçambique.*

#### 1. Informações

O Presidente deu informações sobre a agenda da Comissão para as próximas reuniões, recordando que, para além da reunião de quarta-feira, dia 13, a Comissão reunirá no dia 15, sexta-feira, a partir das 14h30, para as audições da APAH, do CA do Hospital de Leiria e da Ministra da Saúde, sobre as questões da ADSE e do Hospital de Leiria.

#### 2. Apreciação e votação das atas n.ºs 154 e 155, respetivamente de 20 e 27 de fevereiro

As atas n.ºs 154 e 155, de 20 e 27 de fevereiro, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, com a ausência do PEV.

#### 3. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 519/XIII/3.ª - «Por um serviço de drug-checking em Portugal» - Relatora: Deputada Elza Pais

A Deputada Elza Pais apresentou o Relatório Final da Petição n.º 519/XIII/3.ª, dando conta do seu objeto, procedendo à sua análise e informando sobre as diligências efetuadas, designadamente a audição da petionária e o pedido de informação à Ministra da Saúde, que obteve resposta. Concluiu com o parecer de que deverá este Relatório ser enviado ao PAR, aos petionários, ao Ministério da Saúde e ao SICAD, não carecendo a Petição de ser apreciada em plenário, já que não reúne as assinaturas necessárias.

Os Deputados Cristóvão Simão Ribeiro, Moisés Ferreira, Ana Rita Bessa e Carla Cruz cumprimentaram a Relatora pelo trabalho exaustivo e diligências realizadas, manifestando que votarão favoravelmente.

A Deputada Elza Pais agradeceu as palavras de todos.

O Relatório Final da Petição foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 156/XIII/ 4.ª SL

4. Discussão e votação do requerimento do PSD, que solicita a audição da Ministra da Saúde, «para dar explicações sobre a situação caótica do Hospital de Leiria»

5. Discussão e votação do requerimento oral do PS, que solicita a audição do Conselho de Administração do Hospital de Leiria

Estes requerimentos foram discutidos em conjunto, dado tratarem a mesma matéria.

O Deputado José António Silva apresentou o requerimento do PSD a solicitar a audição da Ministra da Saúde sobre a situação no Hospital de Leiria.

O Deputado António Sales, apresentando o requerimento oral, leu uma declaração de diretores da área clínica do Hospital de Leiria lamentando o alarme social com esta situação, e acrescentou que este hospital não está preparado para ter a área de influência que hoje tem.

O Deputado Moisés Ferreira entende existirem inúmeros problemas neste hospital, pois a contratação e o investimento não acompanharam o aumento da população, pelo que concorda com as audições, para esclarecimentos.

A Deputada Isabel Galriça Neto lembrou que esta temática foi debatida na última interpelação ao Governo, e viabilizará os requerimentos.

A Deputada Carla Cruz enfatizou que os problemas são de há muito tempo, o que não quer dizer que o atual Governo não tenha responsabilidades, pois não usou qualquer instrumento de gestão para os resolver.

O Deputado José António Silva disse que não se trata de alarme social mas de factos. Concorde com o requerimento do PS para a audição do CA do Hospital de Leiria, mas requer ainda, oralmente, a audição do Sindicato Independente dos Médicos (SIM) sobre esta matéria.

O Deputado António Sales requereu, também oralmente, a audição da Ordem dos Médicos, pois entende que, ouvindo o Sindicato, deve também ser ouvida a Ordem.

Os requerimentos do PSD e do PS (oral), que constam da OD, foram aprovados por unanimidade, com a ausência do PEV. Os requerimentos do PSD e do PS, oralmente apresentados nesta reunião, foram igualmente aprovados por unanimidade, com o PEV ausente.

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1839/XIII/4.ª, do BE, que «Recomenda ao Governo que tome medidas no sentido de remover obstáculos existentes no acesso à interrupção voluntária da gravidez»



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 156/XIII/ 4.ª SL

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o PJR n.º 1839/XIII/4.ª explicando ter o BE questionado todos os ACES e todos os Centros Hospitalares sobre a disponibilização de consultas prévias e procedimentos de interrupção de gravidez, e tendo constatado, pelas respostas, a existência de grandes dificuldades no acesso. Porque é necessário que a lei seja cumprida, recomenda ao Governo a divulgação pela DGS, numa plataforma de fácil acesso, das instituições que disponibilizam as consultas e os procedimentos de IVG e a tomada de medidas para que estes sejam garantidos.

A Deputada Ângela Guerra disse estranhar esta iniciativa do BE, que omite várias questões, por exemplo não faz menção ao acesso universal às consultas para os métodos contraceptivos. Os dados públicos dizem que a IVG tem decrescido, e considera que a questão está mal colocada no PJR, pois existem outras formas de alcançar melhores resultados.

A Deputada Isabel Moreira considera que a lei é para cumprir e que mal estaríamos era se a lei aprovada no final da anterior legislatura não tivesse sido revogada por este Governo, pois hoje viveríamos uma situação dramática. Se há notícias de que algo não corre bem, deverá ser questionado o Governo para se saber que medidas concretas vão ser tomadas.

A Deputada Carla Cruz considera que o cumprimento da lei é uma obrigação do Governo, tendo de ser resolvidas as dificuldades que se suscitam. Uma delas é a falta de recursos humanos na área da ginecologia e obstetrícia, o que não pode servir de desculpa. Pensa que a aprovação da lei da IVG demonstra que, ao contrário do que se dizia, esta não se banalizou e existem hoje condições para que seja realizada em segurança.

Finda a discussão do Projeto de Resolução n.º 1839/XIII/4.ª, do BE, a informação relativa à sua discussão será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

7. Distribuição, para efeitos de elaboração de Parecer, do PJI n.º 1129/XIII/4.ª, do BE, que «Autoriza o Laboratório Militar a produzir medicamentos em falta nas farmácias por razões imputáveis à indústria (décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto)»



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 156/XIII/ 4.ª SL

O P.J.L. n.º 1129/XIII/4.ª BE foi distribuído ao PS, que indicou o Deputado João Gouveia para a elaboração do Parecer.

8. Discussão e votação do Parecer sobre o P.J.L. n.º 1082/XIII/4.ª PCP, que «Elimina as Unidades de Saúde Familiar de modelo C - 2ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de agosto, que estabelece o regime jurídico da organização e do funcionamento das unidades de saúde familiar (USF) e o regime de incentivos a atribuir a todos os elementos que as constituem, bem como a remuneração a atribuir aos elementos que integrem as USF de modelo B» - Autor: Deputado Moisés Ferreira

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o parecer sobre o P.J.L. n.º 1082/XIII/4.ª PCP, falando do objeto, conteúdo e motivação da iniciativa, remetendo para a Nota Técnica no respeitante ao enquadramento legal e antecedentes, reservando a sua opinião para o plenário e concluindo estarem reunidos os requisitos para que a iniciativa seja discutida e votada em plenário.

O Deputado Ricardo Batista Leite disse reservar também para plenário a sua opinião, não o surpreendendo que o PCP, 15 anos após a aprovação da lei, venha propor a eliminação das USF s modelo C. O PSD votará contra a iniciativa.

O Deputado António Sales disse que neste momento considera as USF s modelo C um não assunto, pois não existe nenhuma. Não concorda com a restrição à possibilidade de se criarem cooperativas de profissionais.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse reservar a sua opinião para plenário.

A Deputada Carla Cruz considera que o PSD tem memória seletiva, pois o PCP propôs já, por várias vezes, a revogação das USF s tipo C.

Os considerandos e conclusões do Parecer foram aprovados por unanimidade, com a ausência do PEV.

10:30 Audição da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP), a requerimento do CDS-PP (oral) e do PSD, sobre a situação atual da ADSE

O Deputado Luís Vales apresentou o requerimento do PSD que solicitou esta audição, perguntando, designadamente, qual a perceção da APHP sobre as negociações da ADSE com os privados e as questões que estão em discussão.

A Deputada Ana Rita Bessa procedeu de seguida à apresentação do requerimento do CDS-PP, questionando a APHP, nomeadamente, sobre a relação da ADSE com os



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 156/XIII/ 4.ª SL

prestadores, sobre as regras que estão a ser aplicadas quanto a faturação, se foram aceites por todos e se tem havido diálogo.

O Deputado Luís Graça perguntou se a APHP entende ser possível a ADSE sobreviver sem transparência, rigor e controlo e qual a opinião que tem sobre este modelo de regularização, que é diferente do dos seguros, e se se deve manter ou ser alterado.

O Deputado Moisés Ferreira questionou a APHP sobre se foi ou não aceite pelos prestadores a regra da regularização, se recusaram fornecer códigos à ADSE, o que lhe permitiria poder comparar preços, e perguntou porque se opõem ao diploma que obriga a uma maior fiscalização.

A Deputada Carla Cruz perguntou como é que a APHP avalia os processos de regularização, dizendo que o PCP rejeita a chantagem que está a ser feita e as ameaças aos beneficiários, que demonstram que a natureza dos privados não é a de defender o direito à saúde..

O Presidente da APHP, Óscar Gaspar, respondeu às questões colocadas, abordando, nomeadamente, a relação da ADSE com os privados, que considera de grande sobrançeria, pois a ADSE entende que não tem de dar explicações. Disse que o parecer da PGR só vale para a administração pública, não é uma sentença judicial e a APHP tem um parecer que conclui pela ilegalidade das normas. Entende que não houve qualquer faturação abusiva dos privados e que as regras atuais de regularização não fazem sentido.

Para pedidos de esclarecimento adicionais usaram da palavra os Deputados Luís Vales, Luís Graça, Moisés Ferreira, Ana Rita Bessa e Carla Cruz, tendo o Presidente da APHP respondido.

O Presidente agradeceu a presença e as informações disponibilizadas.

A gravação áudio/vídeo desta audição poderá ser acedida neste [link](#).

#### 11:30 Audiência de uma Delegação da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologia e Comunicação Social, da Assembleia da República de Moçambique

O Presidente deu as boas vindas à delegação da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologia e Comunicação Social da Assembleia da República de Moçambique (ARM), chefiada pelo Deputado Leopoldo Alfredo Ernesto, que se fez acompanhar pelos Deputados da FRELIMO Lucinda Bela Malema, Aida Soares,



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 156/XIII/ 4.ª SL

Ramulata Irache e Jeronima Agostinho e pelos Deputados da RENAMO Lucia Afate, Eva Caetano Dias e Joaquina Greva, e ainda pelo funcionário Genito Lobua.

O Deputado Leopoldo Ernesto saudou todos os Deputados da AR, deu conta dos cumprimentos enviados pela Presidente da ARM e pela Presidente da 3.ª Comissão, aqui representada, explicando as áreas de atuação da Comissão e quais as questões que gostaria de ver abordadas no âmbito do transplante de órgãos, tecidos e células humanas, tema sobre o qual foi pedida esta audiência. Detalhou os problemas que se têm suscitado na abordagem desta questão na ARM, onde está a ser discutida uma iniciativa, há cerca de dois anos.

Intervieram para fazer comentários e dar informações, os Deputados: Ângela Guerra, que relatou a história dos transplantes em Portugal, referindo-se à legislação que tem vindo a ser aprovada sobre o tema; Maria Lopes, que falou igualmente dos antecedentes, em matéria de transplantes, detalhando alguns aspetos da legislação em vigor sobre a matéria; Moisés Ferreira, que referiu ser importante que a Delegação contactasse o IPST e a Coordenação Nacional da Transplantação, para abordar aspetos mais técnicos, falando da necessidade de se garantirem direitos e de não poder existir pagamento nas doações, nem relações de subordinação económica entre dador e recetor; Isabel Galriça Neto, que recomendou igualmente contatos com o IPST para aspetos mais técnicos, bem como com a Ordem dos Médicos, realçando a importância de serem assegurados os direitos de todas as partes envolvidas; Carla Cruz, que salientou a complexidade do tema, considerando importante a segurança na recolha e transplante e o acompanhamento de dadores vivos e dos doentes, frisando a relevância desta visita, que traz vantagens para ambos os Parlamentos, no âmbito da cooperação interparlamentar.

Usaram ainda palavra o Deputado Leopoldo Ernesto, e outras Deputadas que integraram a Delegação, pedindo esclarecimentos adicionais que foram prestados pelos Deputados Ângela Guerra, Maria Lopes e Moisés Ferreira.

O Presidente agradeceu a presença da Delegação nesta reunião, dizendo que a Comissão estará sempre disponível para colaborar, indo ser disponibilizada a legislação portuguesa sobre esta matéria.

O áudio/vídeo desta audiência poderá ser acedido neste [link](#).



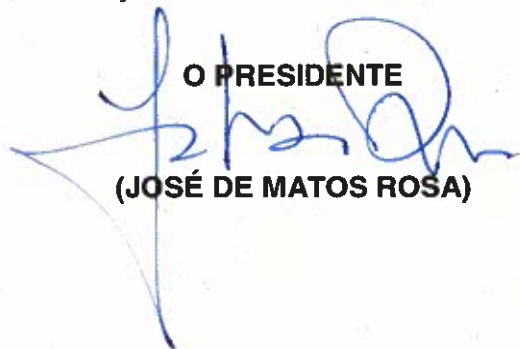
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

**ATA NÚMERO 156/XIII/ 4.ª SL**

A reunião foi encerrada às 14:45 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 07 março 2019.

  
O PRESIDENTE  
(JOSÉ DE MATOS ROSA)





**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 156/XIII/ 4.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Catarina Marcelino  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
Jorge Falcato Simões  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
José Luís Ferreira  
Luís Graça  
Luís Vales  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
Ana Oliveira  
Ana Rita Bessa  
Elza Pais  
Isabel Alves Moreira  
Jamila Madeira  
Maria Lopes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eurídice Pereira  
João Marques  
Luís Soares  
Marisabel Moutela  
Teresa Caeiro

